

APONTAMENTOS SOBRE A SEMIÓTICA

NOTES ON SEMIOTICS

Dilson Brito da Rocha

Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília); Mestre em Teologia pela Pontifícia Università Gregoriana de Roma, Itália (PUG/Roma). Docente das Faculdades Integradas de Bauru. E-mail: dilsondarocho@hotmail.com

Resumo: Neste estudo temos o objetivo de discorrer acerca da semiótica, uma ciência que tem se expandido e se desenvolvido nos últimos séculos. Ela oferece formas de descrição da realidade que nos permitem novas qualidades de relação com ela. Se constitui como um campo amplo, em contínua evolução, cujo impacto impulsionou e impulsiona inovações na forma como nos percebemos, interpretamos, estudamos e interagimos com a realidade. Na raiz da palavra “semiótica” encontramos o radical *semeion*, cuja tradução estabelecida em língua portuguesa é “signo”, de modo que podemos inferir que a semiótica seria uma ciência que se debruça sobre o signo.

Palavras-chave: Semiótica, Ciência, Descrição da realidade, Relação, Signo.

Abstract: In this study, we aim to discuss semiotics, a science that has expanded and developed in recent centuries. It offers ways of describing reality that allow us new qualities of relationship with it. It is constituted as a broad field, in continuous evolution, whose impact has driven and drives innovations in the way we perceive, interpret, study and interact with reality. At the root of the word “semiotic” we find the radical *semeion*, whose translation established in Portuguese is “sign”, so that we can infer that semiotics would be a science that focuses on the sign.

Keywords: Semiotics, Science, Description of reality, Relationship, Sign.

1 INTRODUÇÃO

De modo irrestrito, poder-se-ia asserir que a semiótica é entendida como uma área que volve sua reflexão para os signos, fazendo-o de modo sistematizado. Evidentemente, não estamos falando da astrologia, ligada ao senso comum, mas nos referimos ao fato de darmos significado para as coisas de uma maneira rigorosa e lógica. É possível abordar neste campo de classificação, leis envolvidas, quando pensamos na comunicação e nos significados. Todavia, de modo mais preciso, esta disciplina desponta no século XX, se tornando uma matéria de âmbito acadêmico, sendo toda ela independente, isto é, se tornando uma ciência própria, não obstante suas bases filosóficas saltam aos olhos.

No Reino Unido e Estados Unidos o termo “semiótica” foi utilizado de maneira vasta, tendo como precursor John Locke. Mas, se expandiu igualmente pela Alemanha e pelo leste da Europa. Os estruturalistas franceses usaram o termo “semiologia”, porém o termo “semiótica” aos poucos ia sendo empregado com maior frequência, se consolidando e vindo a se tornar padrão quando se buscava realizar estudos concernentes aos signos, de maneira que a partir do ano de 1969 é adotado de forma unânime pelos teóricos envolvidos nesta esfera científica.

Se quiséssemos localizar o estudo da semiótica poderíamos encontrá-lo dentro da denominada “teoria dos signos”, uma área da filosofia como também da ciência preocupada com aquilo que contem sentido, capaz de comunicar e de transmitir informações. Especificamente, a semiótica é dotada de um estofó gramatical, que se preocupa com estudos linguísticos, sistemas de sinalização, gestos, notação musical, entre outros. Por outro lado, de maneira mais ampla, a semiótica ganha um viés filosófico, deixando de analisar os sinais já dados e investindo sobremaneira na construção desses de forma teórica, como é a tarefa da filosofia primeira.

É mister estabelecer algumas explicações coerentes para os fenômenos, isso pelo fato desses aparentemente serem desiguais, desordenados. Nesta esteira, alguns teóricos têm o entendimento de que um signo serve para definir um termo linguístico, uma imagem, um gesto, um sintoma físico, ao passo que outros têm uma visão ainda mais ampla quanto ao sentido do signo, designando a ele fenômenos naturais, a exemplo da comunicação dos animais. Podemos identificar teóricos que exigem um limite no estudo do signo, entendendo que este deve se restringir tão somente aos artifícios criados pelos seres humanos, que respondam de forma exclusiva à finalidade comunicacional, a saber, as palavras, os gestos, os sinais, para ficarmos apenas em alguns exemplos, os mais emblemáticos.

Ainda podemos dividir a semiótica a partir da linguística, com se segue: **a)** pragmática – procura compreender como as pessoas, as máquinas ou os animais fazem uso dos signos; **b)** semântica – procura entender a relação dos signos e de seus diferentes significados, independentemente dos modos como são utilizados; **c)** sintaxe – procura entender a relação dos signos em si mesmos, não se atendo a seu uso nem tampouco a seu significado. No que tange ao sentido do termo “signo”, é possível encontrar uma divisão que fornece uma distinção do signo através dos símbolos, ícones e índices.

No que toca ao símbolo, que é alcunhado por alguns estudiosos como “signo convencional”, diz respeito às formas naturais de linguagem. Sua forma não tem qualquer correspondência direta com aquilo que ela se refere e que não indica, de modo necessário, sua presença ao ser utilizado. No que tange ao índice, que também é alcunhado de “signo natural”, é definido como um signo casual ou estatisticamente relacionado àquilo a que ele se refere e que não é produzido de maneira intencional. Por derradeiro, sobre o ícone pode-se dizer que é um signo cuja forma corresponde àquilo a que ele se refere.

2 DESENVOLVIMENTO

Não existe apenas uma única linha de estudos semióticos. O século XX é testemunha do estabelecimento de diversas formas de estudar o signo, por meio de diferentes teorias, descrições e métodos, cada qual relacionado a um determinado contexto. Um pensador que se destaca nesta área é Ferdinand de Saussure. Dentre as primeiras categorias criadas por ele, estão a língua e a fala:

Na teoria da linguagem de Saussure surge a oportunidade e a necessidade de distinguir-se entre o social e o individual e entre o essencial e o acessório ou accidental. O social e o essencial recaem no domínio da língua, cabendo à fala o recorte do que é individual e accidental. Em outras palavras, a língua (...) apresenta-se ao indivíduo como um sistema preexistente. (...) A fala, inversamente, é um ato individual de utilização da língua. (NETTO, 1983, p. 18).

Saussure asseve que a língua é um sistema historicamente construído. O uso da língua no dia a dia, entretanto, não é o mesmo que encontramos na norma culta. A esse fenômeno, Saussure denominou “fala”. Enquanto a língua tem algo mais fixo, construído ao longo da história, atualizando suas normas ocasionalmente, a fala é dinâmica e diversa.

Saussure estabeleceu três conceitos interessantes para descrever a ideia de algo que está no lugar de outro algo: signo, significado e significante. Uma imagem esquemática, um desenho em uma placa, por exemplo, seria o significante. Ele é a parte física do signo. Já o conceito, o que a coisa física representa, o conteúdo, sua imagem mental, é o seu significado. Um signo é, portanto, constituído de significado e significante. E mais, não há signo que não os tenha. A ciência proposta por Saussure nasce da linguística e esta, como a própria denominação indica, está relacionada ao estudo das línguas, em sua extensa complexidade, não circunscrevendo apenas a um corte. Por mais que os signos estudados pela semiologia não sejam exclusivamente linguísticos, seus métodos e conceitos têm lá sua origem. Nas palavras da semioticista Lúcia Santaella, “[...] fica aí em falta, contudo, uma fundação teórica consistente e homogênea capaz de plantar uma ciência semiótica a partir de raízes próprias.” (SANTAELLA, 2006, p. 81).

Uma visão destoante da de Saussure sobre o signo foi desenvolvida por Charles Sander Peirce. A começar, as bases para seu desenvolvimento, ainda que ambos tenham vivido na mesma época, são consideravelmente diversas. Se Saussure partiu da Psicologia Social e da Linguística, a semiótica de Peirce se desenvolve dentro de um complexo sistema inédito, ou seja, de bastante originalidade.

Peirce estabelece um engenhoso sistema classificatório das ciências, que pode ser desenhado entre matemática, filosofia e ciências especiais. Isso constitui em sua verdadeira base, que dá sustentação à sua arquitetura filosófica. O número três se desdobra em categorias que vão da ciência mais abstrata (de número 1), às ciências especiais e mais

específicas (no número 3) e, entre a primeira e as últimas, a filosofia, uma espécie de ponte ou elo. A numeração é uma indicação precisa de sua teoria. No número 1 está a ciência que estaria na base de todas as ciências, a primeira da qual as seguintes reduzem o grau de abstração. A matemática, nessa categoria, é a matemática pura, pois as matemáticas especializadas (matemática da contabilidade, matemática da fotografia etc.) estão na terceira categoria, junto às ciências especiais. Isso, semelhantemente, é válido para a filosofia que, na segunda categoria, não lida com filosofias especializadas, como a filosofia da arte, filosofia da natureza, filosofia do direito, filosofia teológica etc.

A Semiótica, enquanto lógica, emerge no escopo da filosofia, sendo que ela própria é formada por categorias intrínsecas: filosofia, fenomenologia, ciências normativas, estética, ética, semiótica ou lógica, gramática pura, lógica crítica, metodêutica, metafísica, enfatizando neste momento a relevância da numeração. Na filosofia existe algo que é primeiro, algo que é continuidade deste, e algo que é a continuação ou mediação de ambos. O mesmo ocorre dentro das ciências normativas e dentro da semiótica, obedecendo sempre a lógica basilar das três categorias engendradas.

Para Peirce, a filosofia em geral tem por tarefa descobrir o que é verdadeiro, limitando-se, porém, à verdade que pode ser inferida da experiência comum que está aberta a todo ser humano a qualquer tempo e hora. A primeira e talvez mais difícil tarefa que a filosofia tem de enfrentar é a de dar à luz as categorias mais universais da experiência. Essa tarefa é da alçada da fenomenologia, uma quase ciência que tem por função fornecer o fundamento observacional para o restante das disciplinas filosóficas. As ciências normativas são assim chamadas porque estão voltadas para a compreensão dos fins, das normas e ideais que regem o sentimento, a conduta e o pensamento humanos. Elas não estudam os fenômenos tal qual aparecem, quer dizer, na sua aparência, pois essa é a função da fenomenologia, mas os estudam na medida em que podemos agir sobre eles e eles sobre nós. Elas estão voltadas, assim, para o modo geral pelo qual o ser humano, se for agir deliberadamente e sob autocontrole, deve responder aos apelos da experiência. Usando os princípios da lógica, a metafísica investiga o que é real, na medida em que esse real pode ser averiguado na experiência comum. É dela a tarefa de fazer a mediação entre a fenomenologia e as ciências normativas, desenvolvendo uma teoria da realidade. (SANTAELLA, 1994, p. 113).

Chamamos atenção para a “pureza” do que é primeiro em toda a arquitetura filosófica de Peirce: a matemática (pura) com o número 1; a fenomenologia, a aparência das coisas, nosso primeiro contato com algo, aparece em primeiro; e a gramática pura é a primeira das categorias da semiótica. Com o número 2, vem aquilo que decorre do primeiro, e com o número 3 aquilo que faz a mediação entre 1 e 2, podendo existir apenas após o 1 e o 2.

Antes da entrarmos na semiótica ou ciências normativas, temos a fenomenologia, ou seja, o estudo dos fenômenos. Entendemos por fenômenos “[...] qualquer coisa que esteja de algum modo e em qualquer sentido presente à mente” (SANTAELLA, 2006, p. 32), como

o som de uma campainha, um odor, uma lembrança, uma dor, uma ideia, entre outros. Peirce estabelece três categorias elementares e universais da experiência que tornam a experiência possível: Qualidade; Relação; Representação. Foram, então, reformuladas e nomeadas: Qualidade; Reação; Mediação. Por fim, Peirce preferiu dar nomes novos e mais gerais a suas categorias: Primeiridade; Secundidade; Terceiridade.

A primeiridade é a categoria do presente absoluto, a “presentidade como está presente”. Se você parar para pensar sobre o seu presente, sobre o momento exato, aquele instante já foi. E mais, em um momento do presente, muitas coisas se sucedem incontrolável e simultaneamente. Qualquer descrição ou pensamento acerca do presente é falsa, porque será sobre algo que já foi, que não é mais da forma como era. Adentramos, portanto, à outra categoria quando agimos ou regíamos ao presente, saímos daquilo que é primeiro, livre, novo, original, espontâneo. Na primeiridade temos aquilo que é denominado de “quase-signo”, pois ainda é possibilidade, é quase ser, pois quando passa a ser, estamos no universo do que é segundo. Quando o mundo real nos afeta, quando sentimos frio, quando a aspereza de uma superfície é sentida pela nossa pele, quando somos afetados pelo mundo das sensações, “independente do pensamento e, no entanto, pensável.” (SANTAELLA, 2006, p. 47), há secundidade.

A experiência da secundidade nos move para o pensamento, para a interpretação dos fenômenos. A terceiridade é mediação entre o que é primeiro e o que é segundo por meio da interpretação. Aqui temos a intenção, a razão, a lei. A “terceiridade, que aproxima um primeiro e um segundo numa síntese intelectual, corresponde à camada da inteligibilidade, ou pensamento em signos, através do qual representamos e interpretamos o mundo.” (SANTAELLA, 2006, p. 51). Os seres humanos são seres simbólicos que criam e interagem por meio de linguagens, sendo estas formadas por signos. É na terceiridade que nós criamos os signos que realizam nossa mediação com o mundo. O ser humano conhece a realidade, conseqüentemente, por meio de signos. Nossa mente não conhece as coisas em si, mas a representação dessas coisas na forma de signos.

Peirce descreve uma realidade toda formada por signos, sendo que para ele tudo é signo. A descrição de signo pode se manter como algo que está no lugar de outro algo. No entanto, é preciso nos aproximarmos do conceito proposto por Peirce:

Um signo intenta representar, em parte pelo menos, um objeto que é, portanto, num certo sentido a causa ou determinante do signo, mesmo se o signo representar seu objeto falsamente. Mas dizer que ele representa seu objeto implica que ele afete uma mente, de tal modo que, de certa maneira, determine naquela mente algo que é mediatamente devido ao objeto. Essa determinação da qual a causa imediata ou determinante é o signo, e da qual a causa imediata é o objeto, pode ser chamada de interpretante. (PEIRCE *apud* SANTAELLA, 2006, p. 58).

“Mente” para Peirce não se refere necessariamente à mente humana, pois ele visava que sua teoria abrangesse a relação entre outros seres, corpos, informações ou quais outros objetos. “Objeto” também não se refere a algo sólido, como um copo ou uma máquina fotográfica, por exemplo, mas a uma coisa, um algo qualquer. “Mediatamente” indica algo mediado, que está no meio entre uma coisa e outra. Por fim, “interpretante” é aquilo que resulta da mediação, o 3º, o signo gerado na mente.

As categorias de 1º, 2º e 3º obedecem à mesma lógica. Elas se desdobram em sua relação consigo mesmas, ou seja, o que é em si, em 1º lugar; em sua relação com seu objeto, um signo 2º; e na relação com seu interpretante, um signo 3º. Ao existente singular foi dado o nome de *sin-signo*. Esse singular indica, é índice do contexto do qual faz parte, quando se pode constatar a relação com seu objeto (signo 2º). O interpretante gerado, portanto, é uma constatação e um nome foi atribuído a esse signo 3º. Por se tratar de uma categoria de secundidade, ela pressupõe a categoria anterior. Portanto, os índices abrangem ícones, mas avançam da qualidade para o existencial, da hipótese para a constatação.

Dentro da primeiridade, temos os hipoícones, que representam seus objetos por semelhança. Eles são divididos em 1. imagem, 2. diagrama e 3. metáforas. Na primeira categoria, temos as pinturas figurativas e os desenhos; no segundo nível, temos representações das partes de um objeto (como o diagrama no final deste tópico) e, por fim, as metáforas, como categoria mais abstrata.

Nas tríades de terceiridade temos, como signo 1º, ou seja, em relação a si mesmo, o signo de lei, chamado *legi-signo*. Uma vez que ele é portador de uma lei, por convenção ou pacto, ele representa seu objeto, sendo, conseqüentemente, um símbolo dele como signo 2º. Representar é diferente de apresentar (primeiridade) ou indicar (secundidade), pois, por meio da lei, ele representa o objeto não como um existe, mas um tipo geral. Na terceiridade temos também um signo abstrato.

O interpretante gerado, portanto, é de um tipo geral, chamado argumento. E este, por não ser uma constatação, algo que tem um fim tão logo se torna interpretante, impulsiona um processo de continuidade. Um argumento leva a outro: “Daí que os símbolos sejam signos triádicos genuínos, pois produzirão como interpretante um outro tipo geral ou interpretante em si que, para ser interpretado, exigirá um outro signo, e assim *ad infinitum*.” (SANTAELLA, 2006, p. 68). É na terceiridade que os signos não param de crescer.

O conceito de semiose é o nome dado por Peirce à ação do signo: “Os conceitos de signo e semiose envolvem ideias interdependentes – terceiridade, *continuum*, relação triádica, inferência, lei, hábito – desenvolvidas em diferentes domínios – matemática, lógica, fenomenologia, metafísica – e em diferentes fases do pensamento de Peirce” (QUEIROZ, 2004, p. 47).

A semiose é um processo, uma ação. Ela só existe no signo genuíno, triádico, ocorre na terceiridade, é uma ação contínua, cria hábitos. Ele é o próprio processo de determinar um interpretante, algo que só pode ocorrer em uma relação triádica de signo, objeto e interpretante. Nas palavras de Queiroz: “O signo, um ‘outro’ quanto ao objeto que ele indica (‘fica no lugar de’), determina outro signo, o interpretante, como uma determinação do objeto” (QUEIROZ, 2004, p. 49). Expandindo, podemos complexificar a definição acrescentando mais alguns aspectos dessa tríade:

- (a) o signo é determinado por um objeto, isto é, o objeto causa o signo, mas
- (b) o signo representa o objeto e, por isso mesmo, é um signo, (c) o signo só pode representar o objeto parcialmente e (d) representar o objeto significa que o signo é capaz de afetar uma mente, isto é, produzir um certo efeito nessa mente, (e) esse efeito é chamado de interpretante do signo; (f) o interpretante é imediatamente devido ao signo e mediadamente devido ao objeto, quer dizer, (g) é o objeto que determina o interpretante, mas somente o pode determinar pela mediação do signo. (SANTAELLA; NÖTH, 2004, p. 168-9).

A determinação de interpretantes ocorre de modo evolutivo, pois é um processo irreversível. O tempo segue adiante; portanto, uma vez determinado um interpretante, não é possível desfazer o interpretante, mas tão somente serem determinados novos interpretantes. O processo de semiose considera algumas importantes propriedades (SANTAELLA; NÖTH, 2004, p. 62): **i.** Irreducibilidade da relação triádica: para existir semiose é preciso existir signo, objeto e interpretante; **ii.** Ação e processualidade: a semiose é ação do signo, um processo; **iii.** Irreversibilidade: o processo é sempre evolutivo, não podendo reverter-se a um estado anterior; **iv.** Continuidade: o processo é contínuo, não estanque; **v.** Convergência para o objeto: a semiose é um processo no qual signo e interpretante sempre convergem ao objeto; **vi.** Tendência para o infinito: uma vez que o processo é contínuo e evolutivo, ele tende a não ter finitude.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, poder-se-ia dizer que neste estudo acenamos para a relevância de Ferdinand de Saussure no campo da semiótica, como também apresentamos o complexo sistema formulado por Charles Sanders Peirce, que estabeleceu uma forma inédita de pensar a ciência e a filosofia, fazendo-o *pari passu*. Ficou demonstrado que o conceito de “signo” emerge já nas categorias fenomenológicas em Peirce, tão gerais que receberam nomes que não indicam diretamente suas características, com exceção da referência à escala de primeiro a terceiro, isto é, primeiridade, secundidade e terceiridade.

De qualquer maneira, vimos as linhas gerais da semiótica peirciana, uma teoria geral dos signos, que pode abranger toda e qualquer linguagem. Sua generalidade, contudo,

também é um limite para estudos mais específicos. Por seu turno, a semiose indica um processo que não é dependente de uma relação verbal, ou seja, da troca comunicativa por meio da língua e da fala, para retomar o conceito abordado por Saussure.

Os efeitos (interpretantes) produzidos pelo contato com uma imagem não são ideias fechadas e os efeitos, igualmente, não são inteiramente controláveis. Além dos conteúdos intencionalmente explícitos – por exemplo, a intenção de comunicar algo – estão englobados em um contato com uma imagem efeitos que não foram intencionalmente pensados pelo artista, como um sentimento de angústia, uma lembrança feliz ou um impulso de raiva decorrentes do modo como certos elementos da imagem se relacionam com a experiência daquele que está observando a imagem.

Enfim, o estudo da semiótica nos proporciona uma nova maneira de lidarmos e, sobretudo, de enxergamos a realidade na qual estamos inseridos. A semiótica, em constante evolução, nos auxilia a analisar os sistemas de comunicação presentes numa sociedade como todo. A semiologia possibilita uma análise detalhada das representações sociais definidas como sistema de significação, tendo ou não sua origem em sistemas de comunicação. Em síntese, a teoria de representação pensada por Charles Peirce, considera os signos em seus modos de representações e de manifestações.

REFERÊNCIAS

NETTO, J. T. C. *Semiótica, Informação e Comunicação: diagrama da teoria do signo*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

PEIRCE, C. S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

QUEIROZ, J. *Semiose segundo C. S. Peirce*. São Paulo: EDUC/Fapesp, 2004.

SANTAELLA, L. *Estética: de Platão a Peirce*. São Paulo: Experimento, 1994.

SANTAELLA, L. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTAELLA, L; NÖTH, W. *Comunicação e Semiótica*. São Paulo: Hacker Editores, 2004.